

Tarifaço: superar dificuldades criando oportunidades



» PAULO TEIXEIRA
Ministro do
Desenvolvimento Agrário e
Agricultura Familiar

O tarifaço feito pelo governo de Donald Trump contra o nosso país, sendo que é o Brasil que compra mais do que vende aos Estados Unidos, surpreendeu justamente pela total falta de racionalidade econômica.

Nossa diplomacia e associações setoriais já conseguiram abrir exceções na tarifa para cerca de 700 produtos, mais da metade da nossa pauta de exportações, e vamos seguir negociando. Mas, ainda assim, as medidas adotadas por Washington têm efeitos nocivos sobre alguns setores da economia brasileira, inclusive para produtores da agricultura familiar que exportam para o mercado americano.

Diante de dificuldades imprevistas e sem sentido como essa, o que estamos fazendo no governo é conversar com os setores afetados e trabalhar políticas públicas para superar os problemas momentâneos, nos tornando mais fortes para enfrentar situações parecidas no futuro e dotar nossa economia de maior resiliência hoje e sempre.

O Brasil está bem preparado para transformar essa adversidade em oportunidade por causa de um trabalho de longo prazo para ampliar os mercados de exportação do país, iniciado mais de 20

anos atrás, e por estar retomando mecanismos de apoio para a agricultura e a indústria nacional.

Quando o presidente Lula — um PhD em superar adversidades — assumiu em seu primeiro mandato, em 2003, o mercado norte-americano representava 24% das exportações brasileiras. Hoje, representa apenas 12%. Não porque o comércio entre nós e os Estados Unidos caiu, ele cresceu, mas porque cresceu muito mais nosso comércio com os vizinhos da América do Sul, com a África, com o Oriente Médio e, principalmente, com os mercados do leste Asiático, como a China, a Índia e o Vietnã.

No governo atual, Lula retomou esses esforços e já foram abertos 403 novos mercados para produtos agrícolas brasileiros. Quando eu estive no Acre, conversei com uma cooperativa de castanha que já tinha redirecionado suas vendas dos Estados Unidos para a Europa.

Na agricultura familiar, as principais exportações atingidas pelo tarifaço são açaí, mel, castanhas, frutas (principalmente manga e uva), água de coco, além de pescados. Assim como o café e a carne, todos esses produtos são alimentos que os americanos não produzem ou não são autossuficientes.

As tarifas vão prejudicar principalmente os próprios consumidores dos Estados Unidos, que já estão tendo que pagar mais no supermercado, gerando inflação. Por isso, acredito que essa insanidade feita para tentar pressionar nossa soberania e o Judiciário brasileiro a não defender nossa democracia deve terminar em breve.

Mas enquanto ainda está vigente, o governo federal está criando linhas de crédito para apoiar as

empresas e, no caso de alimentos perecíveis, também organizando compras governamentais com estados e municípios, para que os agricultores, as cooperativas e as empresas superem essa dificuldade momentânea e mantenham os empregos dos trabalhadores e a renda dos agricultores. Em parceria com estados e municípios podemos, por exemplo, direcionar a produção de alimentos que não forem para os Estados Unidos para a merenda escolar e outros destinos de consumo interno, continuando a fortalecer a produção, o sistema de abastecimento e a segurança alimentar do Brasil.

Nosso país é o maior exportador de alimentos do mundo e, no governo Lula, voltamos a sair do Mapa da Fome, superando a triste contradição que tivemos na maior parte da nossa história: de produzirmos muita comida ao mesmo tempo em que tínhamos irmãos brasileiros na fila do osso.

Em um governo como o nosso, que se dedica ao trabalho e não ao espetáculo de fake news em redes sociais, quando temos uma dificuldade, trabalhamos junto com a sociedade brasileira e os governos locais para superá-la. Foi assim nas enchentes do Rio Grande do Sul, e assim está sendo no tarifaço.

Vamos transformar o limão do tarifaço na limonada da diversificação dos nossos mercados de exportação, no fortalecimento da nossa produção de alimentos e dos nossos sistemas de abastecimento. Vamos superar a dificuldade e continuar com a nossa economia crescendo e reduzindo o desemprego. E ainda tomar um cafezinho, uma tigela de açaí e fazer um churrasquinho bem mais barato do que nos Estados Unidos.



Valorizar as culturas das infâncias é o primeiro passo contra a adultização



» ANA PAULA YAZBEK
Mestre em educação (USP),
especialista em educação
de crianças de 0 a 3 anos
(Instituto Singularidades) e
diretora do espaço ekoa

» MIRUNA KAYANO GENOINO
Mestre em escrita e alfabetização (Universidade Federal de La Plata), pedagoga e orientadora pedagógica do espaço ekoa

Agosto foi definido pelo governo federal como o mês da primeira infância, mas vivemos uma contradição. Enquanto iniciativas buscam valorizar os primeiros anos de vida, surgem denúncias de hiperexposição e exploração de crianças na internet. O termo que ganhou força é “adultização”, quando meninas e meninos são pressionados a assumirem comportamentos e estéticas que não correspondem à sua idade. Como agir diante disso?

Antes de tudo, para combater esse tipo de comportamento, para além da regulamentação das redes sociais que já está sendo discutida no Congresso Nacional e do compromisso de todos com o tema (famílias e escolas), é preciso que a sociedade reconheça a importância e o direito de ser criança.

A infância é um período repleto de descobertas, imaginação e aprendizagens que não se resumem a conteúdos, mas à própria experiência de ser criança. Brincar livre, ouvir e contar histórias, mergulhar em jogos simbólicos e na curiosidade espontânea fazem parte do que chamamos de culturas das infâncias. E dizemos no

plural por reconhecer a diversidade racial, social, de gênero, cultural e econômica das crianças em diferentes territórios e tempos históricos.

É por meio dessas experiências da infância que a criança constrói sua identidade, desenvolve habilidades socioemocionais e aprende a se relacionar com o mundo ao seu redor. Quando respeitamos e incentivamos essa cultura, contribuimos para uma formação mais saudável e integral, onde há espaço para a ludicidade, para o erro como parte do processo de aprendizagem e para o tempo próprio de cada etapa do desenvolvimento.

Por outro lado, a adultização impõe às crianças padrões estéticos, consumistas e comportamentais próprios do mundo adulto. Isso pode ser observado, por exemplo, na sexualização precoce em mídias e roupas, ainda mais forte nas meninas, na pressão por desempenho em excesso, e na substituição do brincar por agendas cheias de compromissos. Esses fatores podem gerar ansiedade, estresse e até dificuldades de socialização, além de comprometer o desenvolvimento emocional e cognitivo das crianças. O excesso de estímulos, a falta de tempo livre e o acesso irrestrito a mídias adultizantes corrompem a espontaneidade, a criatividade e a liberdade de ser criança.

Ou seja, a adultização precoce pode apagar a cultura das infâncias, diminuindo a importância do “aqui e agora” em prol de um “tornar-se” alguém. Esse é um lugar de exposição, de desamparo, já que a criança não tem mecanismos cognitivos, afetivos, emocionais, físicos, para lidar com o que representa essa adultização.

A criança tem que estar no lugar de criança, vivendo experiências que ela só pode viver nessa fase, como a experimentação intensa das muitas oportunidades que lhe são

apresentadas, fazendo muitas perguntas, ouvindo respostas, recebendo olhares e gestos que as acolhem. Por isso, valorizar a infância não significa impedir ou desvalorizar a presença e o comportamento dos adultos. Pelo contrário, os adultos são os responsáveis por oferecer às crianças condições, espaços e ambientes para que elas sejam produtoras dessa cultura. E devem participar desse desenvolvimento da infância, não só controlar e observar.

Assim, ao estar com as crianças nos momentos de brincadeira livre, por exemplo, aprendemos o que está acontecendo com elas, observamos quais decisões tomam, quem consegue brincar bem, quem ainda está ficando sozinho. Nesse processo, nós, adultos, podemos ser um pouquinho mais crianças para termos trocas significativas. Se não formos, as crianças podem ter como experiência maior a entrada no mundo adulto, com todas as suas consequências.

Mas quantas infâncias são desamparadas? Seja pelas políticas públicas, dentro de escolas que não conseguem cuidar efetivamente delas ou de famílias sem condições básicas. É urgente que famílias, educadores, instituições e a sociedade como um todo reflitam sobre o papel que estamos atribuindo às crianças.

Educar contra a adultização é também um ato político e de cuidado: envolve garantir os direitos das crianças — brincar, conviver, aprender, se expressar —, assim como lutar por uma infância inclusiva, criativa e culturalmente rica. Valorizá-la é recuar da lógica produtiva e dar espaço ao afeto, à imaginação, à diversidade e à proteção de sua identidade própria. É compreender que a criança não é um “miniadulto”, mas um indivíduo em desenvolvimento que precisa de apoio, cuidado e espaço para ser criança.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (iterina) // circecunha@adabr.com.br



A urna, o futuro e as crianças

Em 1990, quando a Lei 8.069 instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente, o país ousou declarar que meninos e meninas seriam sujeitos de direitos. Três décadas depois, esse pacto civilizatório encontra sua prova de fogo nas urnas discretas que, em 4 de outubro de 2027, escolherão cerca de 30 mil conselheiros tutelares em todo o Brasil. Serão quatro anos de mandato, sem direito a hesitações: a tarefa é dura, as jornadas são longas, e o peso dos casos, quase sempre insuportável.

O Brasil mantém hoje 5.956 Conselhos, espalhados por 5.559 municípios. No Distrito Federal, serão aproximadamente 200 conselheiros, distribuídos em 40 unidades, todos submetidos ao regime de dedicação exclusiva, muitas vezes estendendo plantões por mais de 30 horas ininterruptas diante de denúncias que ferem a sensibilidade e testam os limites da própria humanidade.

A unificação das eleições, medida recente, nasce de uma tentativa de fortalecer a visibilidade e a credibilidade dessa função. Busca-se induzir a sociedade a reconhecer o peso do cargo que, embora cercado de uma remuneração média de R\$ 4,8 mil mensais, esconde sob a cifra uma cilada: a de atrair candidatos desavisados, sem preparo emocional ou técnico, para enfrentar as mazelas que a infância brasileira escancara. A promessa financeira pode ser atrativa; o cotidiano, contudo, é marcado por violência, desamparo e o retrato de um país que ainda não cumpriu o que jurou a seus pequenos.

O Brasil carrega mais de 70 milhões de jovens com menos de 18 anos, grande parte deles vivendo sob condições de vulnerabilidade. Segundo relatório do Unicef em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, divulgado em 2024, mais de 15 mil crianças e adolescentes foram mortos de forma violenta apenas nos últimos três anos. Isso significa uma média de cinco mil mortes por ano, números que rivalizam com conflitos armados em escala internacional. A violência sexual, por sua vez, atinge proporções perturbadoras: 165 mil vítimas no mesmo período, com registros que saltaram de 46.863 em 2021 para 63.430 em 2023 — um caso a cada oito minutos.

Essas estatísticas não se distribuem ao acaso. A desigualdade racial faz das crianças negras as vítimas mais expostas. Um menino negro de até 19 anos tem 21 vezes mais chance de morrer do que uma menina branca. A geografia da morte também revela padrões: entre adolescentes, a maior parte dos crimes ocorre em via pública e é praticada por desconhecidos; já entre os mais novos, quase metade das mortes acontece dentro de casa, e em 82% dos casos, cometida por pessoas próximas. O lar, que deveria ser espaço de proteção, converte-se em terreno hostil.

Diante desse cenário, os Conselhos Tutelares tornam-se a linha de frente entre a criança e o abismo. O mandato, de natureza essencialmente protetiva, exige preparo técnico, equilíbrio emocional e uma rara coragem cívica. Mas o Estado, ao mesmo tempo em que exige dedicação, falha em fornecer os meios adequados. Muitos conselheiros trabalham em prédios precários, sem equipe de apoio suficiente, com acesso limitado a transporte ou recursos para atender às emergências. É o retrato de uma política pública que se anuncia nobre na letra da lei, mas se revela insuficiente na prática.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, assumidos pelo Brasil no plano internacional, incluem metas para reduzir desigualdades, ampliar acesso à educação e garantir vida digna às crianças. No entanto, a distância entre a meta e a realidade é alarmante. Nas regiões mais pobres, menos da metade das crianças conclui o ensino fundamental. O trabalho infantil, embora em queda, ainda atinge cerca de 1,6 milhão de meninos e meninas, segundo dados de 2024. A cada nova eleição, o país se vê diante de uma escolha simbólica: perpetuar a indiferença ou reafirmar o compromisso com a infância. Nesse sentido, a eleição unificada para os Conselhos carrega mais do que a simples definição de nomes em listas. Representa uma oportunidade de a sociedade dizer se reconhece, ou não, que a infância é prioridade absoluta.

É preciso admitir: um Conselho Tutelar não resolve por si só o problema histórico do abandono da infância. Mas ele é, ainda assim, o último bastião de resistência institucional contra a negligência. Quando um conselheiro atua, não defende apenas uma criança em situação de risco: preserva o futuro de uma sociedade inteira. E, ao se omitir, por despreparo ou desatenção, reitera a lógica do descaso que já vitimou gerações.

Os Conselhos Tutelares não são espaços de prestígio político, mas de compromisso ético. Se o futuro de uma nação pode ser medido pela forma como trata seus pequenos, a eleição dos conselheiros tutelares é, talvez, um dos mais importantes pleitos do calendário democrático. Não é apenas o destino de 30 mil cargos que estará em disputa. É o destino de milhões de crianças brasileiras que ainda aguardam para saber se a promessa feita em 1990, de serem sujeitos de direitos será, finalmente, cumprida.

» A frase que foi pronunciada

“Fortalecer os Conselhos Tutelares é fortalecer a democracia e o compromisso de um país com sua infância.”

Unicef Brasil

» História de Brasília

As crianças da Asa Norte, para virem à escola na Asa Sul, são obrigadas à baldeação na Rodoviária. O tráfico ali é perigoso, e não custaria nada aos TCB a restauração da linha da Caseb. (Publicada em 8/5/1962)